

Representações Sociais e Percepção Ambiental: A Balneabilidade de Praias de São Luís e São José de Ribamar, Maranhão, Brasil

Social Representations and Environmental Perception: Beaches' Water Quality of São Luís and São José de Ribamar Cities, Maranhão, Brazil

WAGNER MACEDO-SILVA¹, LÍGIA TCHAICKA², JACKSON RONIE SÁ-SILVA³

DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v8i4p405>

RESUMO

As praias são ambientes naturais significativamente suscetíveis à impactos ambientais antrópicos, dentre eles o despejo de esgotos *in natura*, que é o principal fator a comprometer os índices de balneabilidade. Conhecer as visões de banhistas, comerciantes e moradores sobre a balneabilidade e suas implicações no turismo, na economia e na saúde, pode ser um ponto de partida para ações direcionadas a atenuar essa problemática ambiental. Realizaram-se entrevistas semiestruturadas com transeuntes de três praias das cidades de São Luís e de São José de Ribamar, no Estado do Maranhão. As análises foram feitas com base no conceito de Percepção Ambiental e na teoria das Representações Sociais, utilizando a abordagem qualitativo-compreensiva para a análise do conteúdo. Revelou-se que existe a percepção de que índices de balneabilidade impróprios afetam as áreas supracitadas e surgiram propostas que podem contribuir para a gestão ambiental e a implementação de políticas públicas como: eficiência na fiscalização e penalização; adoção de comportamentos ecológicos; a despoluição dos rios; a reestruturação da rede de esgotos e seu tratamento; a melhoria da infraestrutura das praias e mais informações sobre as condições de banho.

PALAVRAS CHAVES

Turismo. Representações Sociais. Percepção Ambiental. Qualidade da água. São Luís e de São José de Ribamar, Maranhão, Brasil

¹ **Wagner Macedo-Silva** – Mestrando, Programa de Recursos Aquáticos e Pesca, Universidade Estadual do Maranhão, São Luis, Maranhão, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/9079908667679436>. E-mail: wmacedo.silva@outlook.com

² **Lígia Tchaicka** – Doutora. Professora da Universidade Estadual do Maranhão, São Luis, Maranhão, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/4038470820319711>. E-mail: ltchaicka@yahoo.com.br

³ **Jackson Ronie Sá-Silva** - Doutor. Professor da Universidade Estadual do Maranhão, São Luis, Maranhão, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1439787124956370>. E-mail: jacksonronie@ig.com.br

ABSTRACT

Beaches are natural environments significantly susceptible to anthropogenic environmental impacts, including the dumping of raw sewage into their waters, which is the main factor that affects the rates of water quality. Knowing the views of bathers, traders and residents about the beaches' water quality and its implications on tourism, the economy and health, can be a starting point for actions directed at mitigating this environmental problem. Conducting by semi-structured interviews with passers of three beaches in the cities of São Luís and São José de Ribamar, in the State of Maranhão, the analyzes were based on the concept of Environmental Perception and the theory of Social Representations, using the qualitative-comprehensive approach to the analysis of the content. The results showed the perception that rates of inappropriate water quality affect the above items. There were proposals which can contribute to environmental management and implementation of public policies such as the efficiency action of overseeing and applying penalties; ecological behaviors; depollution of the rivers; the restructuring of the sewage system and its treatment; the improvement of the infrastructure of the beaches and more information about the swimming.

KEYWORDS

Tourism. Social Representations. Environmental Perception. Water quality. São Luís e de São Jose de Ribamar, Maranhão, Brazil.

INTRODUÇÃO

Os ambientes costeiros possuem relevante importância dentro da dinâmica das cidades litorâneas. Entre estes, destacam-se as praias que, por sua natureza, “desempenham importante papel de lazer e turismo para a população local e visitante” (Silva et al., 2008, p. 187), contribuindo para a economia dessas cidades. Contudo, observa-se que as praias têm sido vitimadas por impactos ambientais antrópicos diversos, resultantes da geração de resíduos e acúmulo nos seus arredores, e do despejo de efluentes sanitários orgânicos sem o devido tratamento em cursos d'água. Esse cenário é observado na Ilha do Maranhão, que é constituída por quatro municípios e encontra-se situada na região costeira do Estado do Maranhão, na região nordeste brasileira (Situação Ambiental da Ilha do Maranhão, 2011).

A Ilha do Maranhão, assim como acontece em outras áreas litorâneas brasileiras, possui deficiências nos sistemas de coleta, tratamento e disposição final dos esgotos, lançando os mesmos, direta ou indiretamente, em cursos d'água que afluem às praias, carregando microrganismos transmissores de doenças, tornando-se principal fator responsável por índices de balneabilidade impróprios (Lemos et al., 2002; Silva et al., 2008; Cetesb, 2013, Berg; Guercio & Ulbricht, 2013).

A balneabilidade é um indicador da adequabilidade das águas usadas prioritariamente para o lazer, ou “é a capacidade que um local tem de possibilitar o banho e atividades esportivas, é a qualidade das águas destinadas à recreação de contato primário” (Berg; Guercio & Ulbricht, 2013, p. 90). Este é entendido como contato direto e prolongado com a água em atividades onde haja a possibilidade de ingerir quantidades apreciáveis da mesma (Cetesb, 2013). A avaliação desta qualidade é regulada pela Resolução Conama 274/2000, que classifica as águas marinhas nas categorias PRÓPRIA ou IMPRÓPRIA. Essa avaliação é um indicador de qualidade

ambiental de significância indiscutível (Lemos et al., 2002), com vistas a avaliar a qualidade da água do mar, proteger a saúde e assegurar o bem-estar humano (Cetesb, 2013).

O aspecto investigado nesta pesquisa foi a percepção ambiental de banhistas, comerciantes e moradores – com base nas suas representações sociais – a respeito da balneabilidade de três praias da Ilha do Maranhão: Ponta D'areia, Calhau e Araçagi. A primeira atrai muitos visitantes da capital, São Luís, pela proximidade do centro comercial, além da infraestrutura com bares, restaurantes e vários clubes de *reggae*, ritmo culturalmente forte na região. A praia do Calhau tem como atrativos sua paisagem formada por águas claras e calmas, presença de dunas e vegetação rasteira, além de extenso calçadão usado para atividades físicas, sendo a de maior fluxo turístico (Brasil: Guia de Cidades 2012). A praia do Araçagi, apesar de pouca infraestrutura, atrai visitantes pela possibilidade de trânsito automotivo na areia, além de geralmente apresentar melhores condições de banho. A escolha desse tipo de abordagem justifica-se porque se tem presenciado globalmente, em diversas áreas do conhecimento, uma preocupação crescente com a temática ambiental. Neste sentido, as relações entre saúde e ambiente devem ser repensadas, visto que os problemas ambientais afetam diretamente a saúde da população.

A problemática da balneabilidade das praias da Ilha do Maranhão se apresenta como um campo de estudo propício para as representações sociais, que são aquelas construídas através das relações do indivíduo com o seu ambiente, valorizando a sua dimensão subjetiva para compreender os fatos do cotidiano e como esses fatos são expressos por meio de sua comunicação e em seu comportamento, se constituindo em uma tradução dinâmica da realidade (Arruda, 2002; Reis & Bellini, 2011). Questiona-se, assim, como as pessoas que frequentam as praias da Ilha do Maranhão representam em seus discursos o tema da balneabilidade. A compreensão de tais representações se constitui em relevante ação de pesquisa no sentido de nos fornecer elementos conceituais para que possamos repensar atitudes individuais e coletivas relacionadas aos processos de poluição das águas litorâneas.

É exatamente essa versão da realidade com a sua dinamicidade, elaborada pelos sujeitos alvos dessa pesquisa, que se buscou aqui interpretar, apoiada pelos pressupostos da Percepção Ambiental que, por sua vez, estuda o modo como as pessoas vivenciam os aspectos ambientais na relação com o seu entorno, onde são relevantes também os aspectos psicossociais, socioculturais e históricos (Kuhnen, 2011). Ao considerar, portanto, a relação saúde e ambiente pelo viés das representações sociais e da percepção ambiental, o presente trabalho teve por objetivo entender como banhistas, comerciantes e moradores do entorno estão vivenciando a temática da balneabilidade de praias da Ilha do Maranhão, apreendendo suas compreensões sobre demais aspectos envolvidos, como o turismo, a economia e os perigos sanitários, além de analisar como os banhistas entendem as placas de advertência e demais meios informativos sobre as condições de balneabilidade, na busca de subsidiar ações de gestão ambiental e de saúde pública por parte dos órgãos competentes.

METODOLOGIA

A presente investigação teve caráter qualitativo e foi realizada na Ilha do Maranhão, que é constituída pelos municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, na região costeira do Estado do Maranhão, limitando ao norte com o Oceano Atlântico; ao sul, com a baía de São José e o Estreito dos Mosquitos; a leste com a baía de São José e a oeste com a baía de São Marcos, nas coordenadas 02°22'23" e 02°51'00" Lat. Sul; 44°26'41" e 43°59'41" de Long. Oeste (Situação Ambiental da Ilha do Maranhão, 2011). Foram investigadas

as praias Ponta D'areia e Calhau, em São Luís, e Araçagi, em São José de Ribamar. Foram entrevistadas 30 pessoas entre banhistas, comerciantes e moradores do entorno. Antes da abordagem, foi feita uma observação participante com o objetivo de perceber as condições ambientais da praia e observar as atitudes do entrevistado antes da entrevista, a fim de identificar possíveis contradições entre suas práticas e a sua fala. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas próximas aos locais em que as praias estavam interditadas, tendo como base as informações dos laudos divulgados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais [SEMA-MA], e das placas de advertência sobre as condições de banho. Os entrevistados foram questionados acerca da qualidade da água da praia, suas atitudes quando na praia, os fatores responsáveis pela poluição da praia [caso a considerasse poluída], prejuízos que essa poluição poderia trazer para a cidade e o que poderia ser feito para solucionar o problema da poluição das praias.

Utilizou-se o conceito de Percepção Ambiental de Kuhnen (2011), em que “a percepção é parte integrante das atitudes que se estabelecem por meio da experiência cotidiana. [...] Considerando que nossa existência como humanos incorporamos o princípio de sistema, o ambiente é uma dimensão indissociável dessa unidade. Sendo assim, a relação dessa pessoa com seu ambiente não pode ser considerada sem a ação do observador” (p. 260). Para compreensão das visões sobre balneabilidade, utilizou-se a abordagem qualitativo-compreensiva (Minayo, 2014; Poupart et al., 2008; Denzin & Lincoln, 2007) e como suporte teórico-metodológico para a discussão das categorias empíricas construídas, recorreu-se à Teoria das Representações Sociais (Minayo, 2014; Moscovici, 2005; Moreira & Jesuíno, 2003). Pela própria natureza do objeto de estudo, torna-se necessário um entendimento do fenômeno a partir de uma abordagem mais aberta, dando aos sujeitos envolvidos na investigação condições de expressar ideias, comportamentos, imagens e atitudes.

Sendo assim, a Teoria das Representações Sociais é capaz de identificar vários aspectos nos quais se ancoram as percepções sobre o tema da balneabilidade das praias nas cidades de São Luís e São José de Ribamar, no Estado do Maranhão. As respostas foram gravadas em áudio, transcritas e categorizadas de acordo com os pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Conteúdo (Minayo, 2014). A fim de preservar a identidade dos entrevistados, as suas falas foram indicadas pelas letras B - banhista, C - comerciante e M - morador.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O QUE É BALNEABILIDADE? - Nas análises a respeito da compreensão do termo balneabilidade, a praia foi percebida dentro do interessante conceito de ambiente restaurador, que na concepção de Alves (2011) diz respeito a ambientes “que permitem a renovação da atenção direcionada e, conseqüentemente, a redução da fadiga mental” (p. 44). Ambientes restauradores são: locais de escape, pois as pessoas se dirigem fisicamente para eles, como um lugar diferente daqueles do cotidiano; são escopos, pois “envolvem o senso de pertença ou a sensação de estar em contato ou se dar conta do mundo em redor” e são lugares fascinantes, pois “despertam um sentimento de ligação ao lugar, no sentido de saber o que se quer fazer ali e de ter expectativas concretas a esse respeito” (Ibid., p. 46). A consideração da praia como um ambiente restaurador está latente na seguinte afirmação de um banhista: “*balneabilidade eu acho que é você estar num lugar onde é próprio para aquilo, para banhar, onde você pode ter um ambiente agradável, um ambiente onde você pode ter um lazer tranquilo, uma higiene, uma certa coisa que lhe dê um prazer de tá fazendo aquilo*”. Portanto, se a praia estiver em

condições sanitárias insatisfatórias, ela pode deixar de ser um ambiente restaurador e contraditoriamente se tornar um ambiente insalubre para os usuários.

PERCEPÇÕES SOBRE A QUALIDADE DA ÁGUA PARA O BANHO - Quando indagados sobre a qualidade da água das praias para o banho, os sujeitos investigados emitiram opiniões divergentes, sendo que a mais comum foi: “Não está boa”, expressas nas seguintes fragmentos de falas: “o pessoal falou na televisão que eu assisti a pouco tempo aí, não tão apropriada pra banho [...]” [C]; “De acordo com o que passa no jornal aí, eu acho que não tá não [...]” [B]. O sentimento dominante é o de que a água da praia, no período considerado, não estava própria para o banho. Essa percepção vem principalmente das notícias veiculadas nos meios de comunicação, como atestam os seguintes trechos de sites: “Moradores e turistas que visitam São Luís têm uma preocupação: todas as praias da capital maranhense estão poluídas, impróprias para banho” (Todas, 2012, [online]); “Todas as praias de São Luís estão contaminadas e inadequadas para o banho, colocando em risco a saúde de seus frequentadores” (EM, 2012, [online]). Isso reforça a necessária responsabilidade dos meios de comunicação na ampla difusão de informações sobre a problemática ambiental (Fernandes, 2001).

Percebemos, também, entre as pessoas, opiniões baseadas em suas próprias percepções e experiências, como se depreende da fala: “tá nada sió...é uma coisa que tá na visão de qualquer pessoa [...]” [C]. Essa análise se enquadra na concepção de Marin (2008), que alertou que os estudos sobre percepção ambiental devem fugir de respostas não derivadas da própria vivência e experiência perceptiva. Portanto, é significativo encontrar opiniões baseadas mais na própria experiência perceptiva do que em informações externas ao indivíduo.

QUAIS SÃO OS FATORES RESPONSÁVEIS PELA POLUIÇÃO DAS PRAIAS? – Questionamos, também, quanto aos fatores responsáveis pelo atual estado de balneabilidade das águas das praias. A opinião mais marcante a esse respeito foi: ‘São os esgotos dos hotéis, edifícios, bares e restaurantes’. Essa representação aparece nas seguintes falas: “acredito que é os hotéis que com certeza bota pra praia aí...o esgoto aqui” [C]; “É o saneamento básico né...o escoamento de esgoto que é diretamente jogado dos bares né” [B]. Essa percepção, alicerçada pela observação visual, é ratificada pelos veículos de comunicação (Especialistas, 2012 [online]; Todas, 2012 [online]; Araújo, 2013 [online]; Praias, 2013 [online]). Correia et al. (2006); Amorim et al. (2010); Costa (2011) e Almeida et al. (2012) em pesquisas de percepção ambiental realizadas na praia da Ponta D’areia, constataram a mesma problemática em questão, assim como Sodré e Farias-Filho (2010) em investigação semelhante na praia do Calhau. Ainda nessa praia, Almeida et al. (2012), identificaram e apontaram problemas de saneamento local como a principal causa de contaminação das praias de São Luís por microrganismos resistentes a agentes sanitizantes.

Outra percepção bem marcante é a de que os principais responsáveis ‘São os banhistas que deixam lixo na praia’. Vejamos as seguintes representações: “o próprio pessoal mesmo, traz, não traz a sacolinha pra botar o lixo [...] pessoas que vem de carro mesmo e deixam lixo, deixam tudo, casca de banana, laranja” [C], “às vezes resíduo, copo, plástico, tudo que o pessoal não contribui e jogam” [B]. O problema do acúmulo de resíduos sólidos nas praias de São Luís tem sido constatado frequentemente por vários pesquisadores (Amorim et al., 2010; Sodré & Farias-Filho, 2010; Costa, 2011; Gonçalves et al., 2011) e isso se deve a falta de comportamentos ecológicos – que são ações humanas que visam contribuir para proteger o meio ambiente ou para minimizar o impacto ambiental de outras atividades (Pato & Campos, 2011), como recolher seu lixo gerado – por parte de alguns usuários e a deficiência na coleta e disposição desses resíduos (Sodré & Farias-Filho, 2010; Gonçalves et al., 2011). As águas da chuva carregam lixo, matéria orgânica e outros detritos para as praias através de galerias,

córregos e canais de drenagem, razão pela qual nas épocas chuvosas a densidade de bactérias nas águas litorâneas tende a aumentar, se constituindo assim em uma das principais causas da deterioração da qualidade das águas de contato primário (Cetesb, 2013).

Outro fator responsável pela poluição das praias na visão dos entrevistados foi: 'É a falta de ações por parte dos governos e de fiscalização dos órgãos competentes'. A Constituição Federal em seu Art. 225 garante que: "Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (Brasil, 2004, p.129). Sendo os ambientes praias as áreas de maior atração populacional dentro das cidades, os gestores públicos e órgãos de fiscalização ambiental são os principais responsáveis pela sua proteção (Gonçalves; Bastos & Carvalho-Neta, 2013). As falas emitidas revelam um anseio coletivo de que é preciso ações concretas por parte dos diversos agentes públicos, cada qual dentro de sua esfera de competência, no sentido de preservar e recuperar as praias.

QUAIS OS PREJUÍZOS QUE A POLUIÇÃO DAS PRAIAS PODE TRAZER À CIDADE E À SUA POPULAÇÃO? Nessa categoria, a intenção foi a de compreender como os distintos usuários percebem as possíveis consequências das atuais condições de balneabilidade das praias da Ilha do Maranhão, para a cidade de São Luís, bem como para a sua população. Uma percepção importante encontrada foi: 'Prejudica o turismo e a economia', essa ideia pode ser evidenciada em falas como as seguintes: "*O prejuízo pra cidade é principalmente os turista que vem pra cá pra conhecer a praia e na hora chega aqui e encontra a praia poluída [...]*" [C]; "*Tem os turista né, vai diminuir bastante, não vai entrar renda dentro da cidade, nós não vamos conhecer pessoas de fora, não vamos ter mais esse contato com o turista né*" [B]. É consenso que a atividade turística, quando feita em bases não sustentáveis, pode trazer impactos ambientais negativos. Por outro lado, esta atividade "propicia o desenvolvimento econômico de municípios com potencial turístico, que vislumbraram na capacidade de acolhimento, apelo cultural e belezas naturais uma fonte de renda e geração de novos empregos à população autóctone" (Silva & Anjos, 2012, p. 225). De acordo com Ruschman (2008, p.27), "é preciso que o turismo e o ambiente natural encontrem um ponto de equilíbrio, a fim de que a atratividade dos recursos naturais não seja causa de sua degradação", mesmo que a degradação não seja causa de diminuição do turismo, deixando assim de trazer impactos positivos para a cidade.

A percepção de que o movimento turístico e a economia foram afetados pelas condições de balneabilidade das praias da Ilha do Maranhão encontra reforço e confirmação nas notícias veiculadas nas mídias como as seguintes: "[...] O grupo de canadenses estava tranquilo na praia. Mas quando ficou sabendo, disse que não ia voltar mais e que era muito triste [...]" (Todas, 2012, [online]); "[...] a poluição das praias tem sido maléfica para o comércio à beira mar. Donos de bares, hotéis, restaurantes e demais estabelecimentos da orla têm registrado queda no movimento e no faturamento" (Matos, 2012, [online]). A Associação Brasileira da Indústria de Hotéis no Maranhão (ABIH-MA) divulgou informações que também confirmaram essa percepção, mostrando dados de queda na taxa de ocupação de hotéis durante o ano de 2012 e início de 2013 (ABIH-MA, 2012, 2013[online]).

A segunda percepção extraída a respeito das consequências para a população foi: 'A poluição das praias traz problemas de saúde'. Isso foi expresso em falas como: "*uma micose, uma coceira, a água vai fazendo isso, se tiver poluída vai causar muita coisa nelas, diarreia, vômito, tudo isso, só de tomar banho nela, só de pisar nela*" [C]. De acordo com a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb, 2013) é importante considerar não apenas a

possibilidade da transmissão de doenças de veiculação hídrica como gastroenterite, hepatite A, cólera, febre tifoide, entre outras, como também a ocorrência de organismos patogênicos oportunistas, responsáveis por dermatoses e outras doenças não afetas ao trato intestinal, entre elas conjuntivite, otite e doenças das vias respiratórias, sendo que crianças, idosos ou pessoas com baixa resistência são as mais suscetíveis à contaminação, ratificando a opinião expressa na fala: *“pode causar várias coisas né, nas pessoas, principalmente nas crianças que tem a pele mais fraca”* [C]. Pesquisas de Silva et al. (2008) e Almeida et al. (2012) realizadas em São Luís, em amostras de água das principais praias da Ilha, detectaram bactérias enteropatógenas e linhagens diarreio gênicas de *Escherichia coli*, caracterizando as áreas como impróprias para o banho.

Outra percepção importante, surgida durante as entrevistas dentro dessa discussão foi: ‘A poluição das praias ameaça a sustentabilidade desse ambiente’: *“aqui hoje a gente tem essa praia, se a gente não cuidar dela [...] ela pode se zangar e destruir tudo, esse é o caso, por isso a gente tem que cuidar dela para vim os outros, meus filhos, os meus netos, os filhos dos meus filhos e vai indo, então todo mundo tem que cuidar um pouco”* [C]; *“porque se já está assim, daqui mais alguns anos, com certeza não vai ter mais”* [B]. Embora o termo sustentabilidade tenha inúmeras definições na literatura (Ferreira, 2005), nas percepções dos entrevistados ele aparece no sentido da necessidade de usar os recursos naturais com a consciência de sua preservação para as gerações futuras.

Nesse contexto, a Educação Ambiental seria o instrumento “capaz de despertar o sentimento da importância da preservação e conservação dos ambientes costeiros, bem como para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e comprometida com o consumo responsável dos recursos naturais atuais” (Gonçalves; Bastos & Carvalho-Neta, 2013, p. 164). Reforçando essa ideia, Carvalho (2011) diz que a Educação Ambiental surgiu exatamente da preocupação da sociedade com o futuro da vida e com a qualidade da existência das presentes e futuras gerações. A educação ambiental como instrumento para a sustentabilidade, portanto, precisa ser implementada continuamente nas praias. Nordstrom (2010) acrescenta nesta perspectiva que “os seres humanos são responsáveis pela natureza, e suas ações podem se tornar mais compatíveis com ela ao modificar práticas de modo a reter ao máximo as funções ecológicas e valores naturais” (p. 20).

COMPREENSÃO SOBRE O CONTEÚDO DAS PLACAS DE ADVERTÊNCIA - Em geral, quando questionados sobre o que entendiam acerca do conteúdo da placa que indicava trecho impróprio para o banho os entrevistados representaram: ‘A placa diz que a praia está imprópria para o banho’. Essa compreensão está expressa em afirmações como as seguintes: *“Ah eu entendo que [...] a área tá imprópria pra banho e estão dando uma advertência, um alerta para a população da capital, que a praia tá inadequada, está imprópria, né”* [B]; *“É... impróprio, eu acho que deve ser um local assim que não está pronto para banhar, tá isolado, tá sob vistoria de algum órgão”* [B].

A Resolução Conama nº 274/2000, no Art. 3º estabelece que em caso de interdição de trechos das praias “[...] a sinalização [...] [deve] ser [efetivada], pelo órgão de controle ambiental competente” (Brasil, 2001). Entretanto, a referida resolução não normatiza como deva ser essa sinalização, cabendo ao órgão ambiental a sua criação e implementação. Em São Luís a sinalização é feita por meio de placas fixadas próximas aos locais monitorados. A placa que indica que o trecho está impróprio para o banho possui as bordas vermelhas e a palavra IMPRÓPRIO, além de referência à citada resolução e ao laboratório responsável pelo laudo. Nos

trechos da praia considerados adequados para o banho, a placa possui as mesmas informações, mas com bordas na cor verde e em destaque a palavra PRÓPRIO.

Foi interessante notar que alguns banhistas afirmaram nunca ter visto a placa ou que ainda não haviam percebido sua presença na praia. Entretanto, essas pessoas, quando apresentadas ao seu conteúdo, conseguiram emitir opinião sobre a sua mensagem, sendo a representação mais evidente: 'As placas não trazem uma informação clara e/ou deveriam conter mais informações e ficar em lugares mais visíveis': *"se tivesse com certeza uma informação mais visível aqui, que a praia tá imprópria, eu acho que não banharia não"* [B]; *"Essa placa eles deveriam colocar mais informação, para que a criança ou o adulto mesmo, se deslocar até a praia, porque eu acho que isso aí é muito fraco [...] eu acho [que eles não entendem] ou então entendem e fazer de conta que [não]"* [B].

A análise do conteúdo dessas falas deve levar em consideração que os entrevistados, para justificar suas atitudes na praia, podem ter usado o argumento da falta de clareza da mensagem da placa ou da sua pouca visibilidade por conta da localização. Porém, mesmo nessa hipótese, as considerações são significativas e exprimem algo que realmente pode ser melhorado. Quando, por exemplo, a placa usa a palavra IMPRÓPRIO, fazendo uso da nomenclatura estabelecida em resolução, ela pode realmente não ser entendida por parte de alguns banhistas, pois o texto completo pode ser considerado extenso para uma sinalização em um ambiente de lazer. Quanto ao número de placas e suas localizações, pode-se entender da resolução que elas precisam estar pelo menos nos trechos considerados impróprios. Porém, em situação de emergência ambiental sugerimos que o número de placas seja aumentado, estando em localizações estratégicas ao longo da orla.

A resolução Conama 274/2000 também não estabelece o raio de validade da informação da interdição para o banho, a partir do local onde a placa está afixada, como bem observou a banhista que disse que *"não especifica se é só aquela área ali ou se é todo lugar, não fica bem claro não"* [B]. Como geralmente o banhista não tem o conhecimento de que a placa está afixada em pontos críticos com relação à poluição, é válido considerar que seria necessária uma demarcação mais precisa do alcance da proibição para o banho, através de outras placas indicando o fim do trecho interditado. E isso poderia estar definido também na resolução.

QUANTO AO COMPORTAMENTO DOS BANHISTAS NA PRAIA FRENTE ÀS ADVERTÊNCIAS SOBRE AS CONDIÇÕES IMPRÓPRIAS PARA BANHO - Quisemos saber, também, quais as atitudes que os banhistas teriam no ambiente da praia, mesmo diante das notícias divulgadas nas mídias e das placas de advertência quanto às condições desfavoráveis de banho. Para auxiliar nesse objetivo foi feita, antes da abordagem aos entrevistados, uma observação participante. Nestes processos identificamos aqueles que: 'Não acreditam em informações de que as praias estariam próprias para o banho e não a usam'. Essa compreensão foi extraída de falas como: *"se me perguntam eu aviso, eu não vou negar dizer que tá boa que não tá não [...] mas na verdade foi só na teoria, que na prática não, ela continua imprópria...tá nada siô [própria]... é uma coisa que tá na visão de qualquer pessoa"* [C]; *"apesar de algumas camadas de governo aí que eles insistem em dizer que tá totalmente despoluída, mas isso aí não é verdade, a gente é que frequenta aqui e olha a cada dia que passa"* [B].

Outra percepção que emergiu nesse contexto foi: 'Acreditam nas informações de que as praias estão impróprias, mas mesmo assim tomam banho', compreendida em falas como: *"Segundo as pesquisas que são feitas e relatos aí não tão não, não tão boa não [...] Ah eu brinco como os meus filhos, com a minha família aqui, correndo, brincando e tomo banho... porque eles*

gostam muito de banhar” [B]; *“Olha, pelo o que eu sei, não, ainda não tá própria [...] A gente banha...é difícil mais a gente banha”* [B]. Comportamentos contraditórios como esses refletem a controvérsia gerada sobre o tema em questão nas praias da Ilha do Maranhão, que teve seu ápice em outubro de 2012, com a repentina liberação de grande parte da orla, depois de quase um ano de interdição, com o argumento da alteração na metodologia de coleta e análise da água e a substituição dos locais de coleta e do laboratório (São Luis, 2013 [on line]). Entretanto, essa mudança relativamente repentina das condições de balneabilidade das praias trouxe um clima de incerteza, reforçado pelo fato de que a população não percebeu nenhuma ação concreta em termos de melhoria no saneamento.

Portanto, o que se pode entender dos discursos daqueles que não acreditam na desinterdição das praias é uma percepção ambiental crítica em relação ao tema, pois são os usuários, comerciantes e moradores – que estão cotidianamente vivenciando e sentindo os reflexos da poluição da orla – os indivíduos mais aptos a identificarem as contradições das informações a que têm acesso, bem como da discutível propaganda governista em torno dessa situação ambiental, o que analisado à luz das representações sociais, “indica que o sujeito do conhecimento é um sujeito ativo e criativo, e não uma tábula rasa que recebe passivamente o que o mundo lhe oferece, como se a divisória entre ele e a realidade fosse um corte bem traçado” (Arruda, 2002, p. 134).

As atitudes daqueles que mesmo sabendo e acreditando na falta de condições de banho das praias, ignoram as notícias, os laudos e as advertências e entram em contato com a água, reforçam a necessidade de medidas concretas e estruturantes para a minimização desse sério problema ambiental e de saúde pública. Pois os atrativos e belezas naturais encontrados na orla marítima podem sobressair sobre os potenciais riscos à saúde deles provenientes. Por essa razão encontramos afirmações como: *“eu evito mais não tem como né, a pessoa é atraída pela água aí banha”* [B]. Diante desse cenário é primordial que os órgãos competentes coloquem em suas linhas de prioridade a adoção de medidas que atenuem esse importante impacto ambiental. As universidades devem atuar também no desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao tema e em atividades de extensão em educação ambiental nas praias e os usuários devem cobrar essas ações e adotar comportamentos ecológicos a fim de continuarem desfrutando do ambiente da praia com uma maior segurança.

PROPOSTAS DE SOLUÇÕES APONTADAS PELOS SUJEITOS - Quando instigados a apontarem soluções ou medidas atenuantes para a problemática investigada, surgiram respostas significativas que aqui serão discutidas. As propostas mais citadas foram as que se traduziram em cobranças direcionadas aos poderes executivos, como o governo estadual e municipal, assim como aos órgãos ambientais. Falas como: *“o órgão competente deveria de fato agir com competência”* [B]; *“Isso aí eu acho que depende do governo, porque só o governo pode dar jeito nisso”* [M]; *“É problema da prefeitura, do governo [...] do Ibama...”* [C], mostram que os distintos sujeitos estão cobrando ações efetivas, que podem ser na forma de fiscalizações e penalidades: *“botar uma equipe [...] em cada praia, entendeu... fiscalizar a área de esgoto”* [B]; *“as autoridades competentes também mostrar seu lado, fazendo tipo vistorias, fiscalizações e tal, lançar um certo tipo de multa pra quem poluisse”* [B]. Foram citadas também a adoção de projetos e políticas públicas: *“Eu acho que tem que ser feito um trabalho, uma política de estudos e busca de melhoria do esgotamento aqui da cidade”* [B]; *“Iniciar um projeto pra que eles possam melhorar aí as condições pra os banhistas ficarem mais seguros”* [B]. Iniciar a aplicação de recursos financeiros com responsabilidade foi apontando em falas como: *“Aplicar o recurso certo, correto, que tem que ser [...] usar e fazer o que é pra ser feito”* [M]; *“investir mais em meio ambiente”* [B].

Depois dessas sugestões, as alternativas mais citadas foram as que envolvem mudanças de atitudes por parte da população que usa as praias, como a adoção de comportamentos ecológicos e uma maior conscientização de respeito ao meio ambiente. Essa compreensão veio de falas como: *“A população ser um pouco mais educada, cada um que fosse consumir trouxesse um saco plástico pra colocar os dejetos, garrafas, copos descartáveis e retornasse pro seu lar”* [B]; *“primeiramente nós tomar a consciência de que poluir não é bom”* [B]. De acordo com vários autores em pesquisas realizadas nas praias de São Luís e em outras que apresentaram problemas similares, para que se tente essa mudança de atitudes e de comportamentos, ações contínuas de educação ambiental são apontadas como a alternativa ideal a ser aplicada nesse cenário (Teles et al., 2009; Costa, 2011; Vendruscolo & Link, 2012; Gonçalves; Bastos & Carvalho-Neta, 2013). Gonçalves, Bastos e Carvalho-Neta (2013) propuseram ações de educação ambiental na praia do Araçagi que poderiam responder adequadamente a essa demanda, que envolvem atividades recreativas e artísticas com crianças, passeatas na orla com a temática da preservação das praias, participação de voluntários na orientação dos usuários quanto a destinação final do lixo produzido, distribuição de sacolas oxibiodegradáveis e panfletos educativos.

Outra solução apontada foi a evidente despoluição dos rios que deságuam nas praias, bem como a reestruturação da rede de esgotos e o seu tratamento adequado. Isso foi dito das seguintes formas: *“Em primeiro lugar tinha que fazer um tratamento dessa rede de esgoto [...] porque tirando essa rede de esgoto dessa praia, pra ir direto numa área de tratamento, melhora muito”* [C], *“é principalmente tirar esses esgoto, e arrumar uma maneira de despoluir a praia”* [C]. Essa mesma percepção e alternativa de solução foi descrita em condições semelhantes em vários estudos (Morosine et al., 1997; Lemos et al., 2002; Teles et al., 2009; Amorim et al., 2010; Moraes & Oliveira, 2010; Costa, 2011).

Foi citada, também, a necessidade de melhoria da informação das condições de banho das praias e a presença de agentes, como os bombeiros, para orientar os banhistas: *“botar mais placas né, informação e ter pessoas mesmo, o corpo de bombeiros olhando mesmo, falando: ‘oh não pode banhar, por isso’. Eu acho que é mais informação”* [B]. Quanto a isso, reiteramos a sugestão de que o número de placas seja aumentado e sejam afixadas em locais estratégicos ao longo da orla e que além delas, novamente adaptando as propostas de Gonçalves, Bastos e Carvalho-Neta (2013) a *“fixação de placas educativas ao longo do percurso da orla contendo informações pertinentes a temática abordada”* (p. 172), além de uma atuação mais direta dos bombeiros e salva-vidas em orientar os banhistas, conforme a sugestão dos usuários.

CONCLUSÕES

O que se compreendeu nas representações analisadas foi que a praia é considerada como um importante ambiente restaurador dentro do espaço urbano. Dessa forma, ações de preservação são necessárias para que se conserve esse estado. Confirmamos que os meios de informação possuem um papel crucial de divulgação da qualidade ambiental e que a sociedade tem um senso crítico em relação às notícias veiculadas por eles, baseado na percepção e na vivência individual. Esse mesmo senso crítico apontou para a uma maior responsabilização pelos índices de balneabilidade ao lançamento de esgotos sem tratamento nos cursos de água, o que levou as pessoas a manifestarem um anseio por ações concretas por parte dos órgãos competentes para a atenuação dessa problemática. Há também na população o entendimento de que o turismo, a economia e saúde são diretamente afetados pela poluição da orla.

A análise do conteúdo das falas também revelou a necessidade de melhorias das placas informativas a respeito das condições de banho das praias. Dessa forma, sugerimos adequações nas palavras usadas, a adição de mais placas ao longo da orla, indicações do alcance da limitação e normatização dessas adequações. Percebeu-se que fatos como a mudança repentina de laudos sobre as condições de balneabilidade, como ocorreu na Ilha do Maranhão, podem representar para as pessoas o envolvimento de interesses econômicos, comerciais e políticos partidários nessa temática, que podem ser a explicação para as contradições entre as opiniões e os comportamentos observados na praia.

Além disso, das percepções dos usuários do ambiente praias emergiram propostas de mitigação dessa problemática, que podem contribuir para a gestão ambiental e a implementação de políticas públicas por parte dos órgãos competentes, como: a atuação efetiva dos poderes públicos fiscalizando e aplicando penalidades; a adoção de projetos e de políticas públicas; comportamentos ecológicos por parte dos usuários; a despoluição dos rios que deságuam nas praias; a reestruturação da rede de esgotos e seu tratamento adequado; a melhoria da infraestrutura das praias e mais informações sobre as condições de banho e orientação preventiva e contínua aos usuários desse ambiente. Complementarmente recomendamos que sejam implementadas ações práticas de Educação Ambiental e sejam incentivadas pesquisas e atividades de extensão por parte do meio acadêmico.

É necessário investigar para tentar desvelar interesses escusos, estabelecer elos, compreender contradições e construir pontes entre a sociedade e os poderes públicos, pois estes através das percepções ambientais de – no caso da praia – banhistas, comerciantes e moradores, terão um instrumento a mais em que possam embasar a gestão ambiental e as políticas públicas, bem como uma compreensão melhor da voz do coletivo que tanto tem a dizer, mas nem sempre encontra meios inteligíveis de se expressar.

REFERÊNCIAS

- ABIH-Maranhão. Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Maranhão. [página na internet]. Disponível em: <abihma.blogspot.com.br>. Acesso em: 1 jul 2013.
- Almeida, N.C. et al. (2012). Detecção de enteropatógenos e teste de susceptibilidade a agentes sanitizantes de cepas diarreogênicas de *Escherichia coli* isoladas das praias de São Luís - Maranhão. *Revista de Patologia Tropical*, 41, 304-318.
- Alves, S.M. (2011). Ambientes restauradores. p. 44-52. In: Cavalcante, S. & Elali, G.A. (orgs.). *Temas básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Amorim, J.O. de et al. (2010) Ambiente e Lazer: análise da percepção ambiental dos frequentadores da praia Ponta D’Areia em São Luís-MA. *Anais...* XVI Encontro Nacional Dos Geógrafos, Porto Alegre.
- Araújo, E.W. (2013). UOL: Maioria das praias de São Luís continua imprópria para banho. Blogue do Ed Wilson. Disponível em: <blogdoedwilson.blogspot.com.br/2013/03/uol-maioria-das-praias-de-sao-luis.html>. Acesso em: 25 jun. 2013.
- Arruda, A. (2002) Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero. *Cadernos de Pesquisa*, 117, 127-147.

- Berg, C.H.; Guercio, M.J. & Ulbricht, V.R. (2013). Indicadores de balneabilidade: a situação brasileira e as recomendações da World Health Organization. *Int. J. Knowl. Eng. Manag.*, 2(3), 83-101.
- Brasil. (2004). *Constituição de República Federativa do Brasil 1988*. Barueri: Manole.
- Brasil. Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama. Resolução nº 274, de 29 de novembro de 2000. Define os critérios de balneabilidade em águas brasileiras. *Diário Oficial* [da] República Federativa do Brasil, nº 018, de 25 jan. 2001, 70-71.
- Carvalho, I.C. de M. (2011) *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez.
- Cetesb (São Paulo) (2013). *Relatório de qualidade das águas litorâneas do estado de São Paulo 2012*. São Paulo: Cetesb.
- Correia, F.P. et al. (2006). Caracterização da paisagem da faixa costeira do norte da Ilha do Maranhão: o caso da praia da Ponta D'areia. [Resumos...](#) VI Simpósio Nacional de Geomorfologia, Regional Conference Geomorfology. Goiânia.
- Costa, F. W. D. (2011). O papel da educação ambiental na tentativa de amenizar os impactos na praia da Ponta D'areia, São Luís-MA. *Educação Ambiental em Ação*, 10(38).
- Denzin, N. K.; Lincoln, Y. S. (2007). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Fernandes, F.A.M. (2013). [O papel da mídia na defesa do meio ambiente](#).
- Ferreira, L. da C. (2005). Sustentabilidade: Uma abordagem histórica da sustentabilidade. p. 315-321. In: Junior, L.A.F. (org.). *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental.
- Folha de S. Paulo. (2013). [São Luís modifica metodologia e praia poluída vira 'limpa'](#).
- G1 Bom Dia Brasil (2012). [Todas as praias de São Luís \(MA\) estão impróprias para banho](#).
- G1 Maranhão. (2013). [Em São Luís, praias contaminadas trazem riscos a frequentadores](#).
- G1 Maranhão. (2013). [Especialistas alertam para perigo de caminhar nas praias de São Luís](#).
- G1 Maranhão. (2013). [Praias de São Luís continuam impróprias para banho](#).
- Gonçalves, C. S. et al. (2011). Problemas no litoral maranhense: estudo de caso na praia do Olho D'água, São Luís-MA. [Resumos... Reunião Anual da SBPC](#), 63.
- Gonçalves, L.S.; Bastos, L. da S. & Carvalho-Neta, R.N.F. (2013). Proposta educativa para minimização de impactos diagnosticados em uma praia da Ilha de São Luís-MA. p. 163-174 In: *Educação Ambiental: construindo saberes em ambientes formais e não formais*. São Luís: Editora Uema.
- Kuhnen, A. (2011). Percepção ambiental. p. 250-266. In: Cavalcante, S. & Elali, G.A. (orgs.). *Temas básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes.

- Lemos, C. C. de et al. (2002). A sustentabilidade ambiental da Praia do Futuro, em Fortaleza-Ceará, no desenvolvimento da atividade turística. *Rev. Cent. Admin.*, 8(2), 125-130.
- Marin, A.A. (2008). Pesquisa em educação ambiental e percepção ambiental. *Pesquisa em Educação Ambiental*, 3(1), 203-222.
- Matos, D. (2012) Gestão anuncia R\$ 36 milhões para despoluição de praias de São Luís. [Blog O Estado: jornal que valoriza você](#). 13 set. 2012.
- Minayo, M. C. de S. (2014). O Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec/Abrasco.
- Moraes, I. S.; Oliveira, S. de F. da C. (2010). Avaliação da qualidade ambiental na praia do Farol, Ilha de Mosqueiro: um estudo a partir da percepção de seus frequentadores. [Anais ... XVI Encontro Nacional dos Geógrafos](#), Porto Alegre.
- Moreira, A. S. P. & Jesuino, J. C. (2003). *Representações sociais: teoria e prática*. João Pessoa: Ed. UFPB.
- Morosine, M. de F. M. et al. (1997). Condições Sanitárias das águas do mar na faixa litorânea da grande João Pessoa. [Anais XIX Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental](#), Foz do Iguaçu.
- Moscovici, S. (2005). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Nordstrom, K. F. (2010). *Recuperação de praias e dunas*. São Paulo: Oficina de Textos.
- Pato, C.M.L. & Campos, C. B. de. (2011). Comportamento ecológico. p. 122-143. In: Cavalcante, S. & Elali, G.A. (orgs.). *Temas básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Poupart, J.; Deslauriers, J. P.; Groulx, L. H.; Laperrière, A. & Mayer, R.; Pires, A. P. (2008) *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes
- Reis, S.L. de A. & Bellini, M. (2011). Representações Sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 33(2), 149-159.
- Ruschmann, D.V. de M. (2008). Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. Campinas, SP: Papirus.
- Silva, M.E.M. & Anjos, F.A. (2012). Gestão da sustentabilidade em Meia Praia – Itapema (SC) sob a percepção dos visitantes e agentes locais. *Revista Brasileira de Ecoturismo*. 5(2), p. 223-244.
- Silva, V. C. da et al. (2008). Contaminação por *Enterococcus* da água das praias do município de São Luís, Estado do Maranhão. *Acta Sci. Technol. Maringá*, 30(2), p. 187-192.
- Situação Ambiental da Ilha do Maranhão. São Luís: IMESC, 2011.
- Sodré, E.S.P. & Farias-Filho, M.S. (2010). Perda de qualidade ambiental nas praias de São Marcos e Calhau em São Luis-MA em função da poluição por resíduos sólidos e

deposição de efluentes líquidos. [Anais...](#) XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, Porto Alegre.

Teles, T. S. et al. (2009). Percepção ambiental dos frequentadores das praias do Olho d'Água e Araçagi, Ilha do Maranhão-MA. *Anais... XIII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada*, 1. 1-17.

Vendruscolo, M.B. & Link, D. (2012). Balneário Praia das Areias Brancas de Rosário do Sul/RS: um olhar da Educação Ambiental. *Monografias Ambientais*, 6(6), 1219-1225.

Recebido: 4 MAI 2016

Avaliado: JUN

Alterações pelos autores: JUL-AGO

Aceito: 19 SET 2016